



## Manejo florestal em áreas de preservação permanente e reservas legais: legislação e práticas de recuperação

### Autor(es)

Valéria Lima Da Silva

Juliana Dias Martins

Leideramone Francisco Costa

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS

### Introdução

‘Manejo florestal em áreas de preservação permanente e reservas legais: legislação e práticas de recuperação’. Esse tema é fundamental para entendermos como a legislação ambiental brasileira contribui para a conservação e recuperação dos ecossistemas.”O manejo florestal em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) é um tema central na legislação ambiental brasileira, especialmente no contexto do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Essas áreas cumprem funções essenciais para a conservação da biodiversidade, manutenção dos recursos hídricos, proteção do solo e equilíbrio climático. No entanto, a expansão agropecuária e urbana tem causado degradação significativa, exigindo estratégias de recuperação e manejo sustentável. A legislação estabelece parâmetros obrigatórios de conservação, ao mesmo tempo em que possibilita práticas de uso sustentável, desde que respeitados os limites ecológicos e legais.

### Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar a legislação que rege o manejo das APPs e RLs, destacar sua importância ecológica e econômica, e apresentar algumas práticas de recuperação florestal.

### Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, legislações ambientais, relatórios técnicos e livros especializados em gestão florestal e recuperação de áreas degradadas. Foram consultadas bases como SciELO, Google Acadêmico e publicações de órgãos ambientais, além do Código Florestal brasileiro e resoluções do CONAMA, analisando a legislação vigente referente ao manejo em APPs e RLs.

### Resultados e Discussão

A aplicação dessas práticas traz resultados significativos, como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a redução da erosão. Além disso, abre espaço para serviços ambientais, com o pagamento por serviços ambientais, e para alternativas de uso sustentável que contribuem para a economia local.

A legislação ambiental brasileira determina que propriedades rurais mantenham APPs para proteção de recursos



## 28º Encontro de Atividades Científicas

03 a 07 de novembro de 2025

Evento Online

hídricos, encostas e áreas sensíveis, bem como a Reserva Legal, que deve representar uma porcentagem mínima do imóvel (80% na Amazônia Legal, 35% no Cerrado dentro da Amazônia Legal e 20% nos demais biomas). O descumprimento dessas normas gera passivos ambientais que obrigam os proprietários a adotar programas de recuperação.

### Conclusão

Em conclusão, o manejo de áreas de preservação permanente e reservas legais é essencial para a sustentabilidade ambiental e econômica do Brasil. A legislação é um avanço importante, mas sua efetividade depende da adesão dos proprietários rurais, de investimentos em monitoramento e de estratégias de conscientização e incentivo. Somente assim será possível conciliar conservação ambiental e produção agrícola de forma equilibrada.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.
- BRANCALION, P. H. S.; GANDOLFI, S.; RODRIGUES, R. R. Restauração Florestal. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
- METZGER, J. P. O Código Florestal tem base científica? Natureza & Conservação, v. 8, n. 1, p. 92-99, 2010.
- RODRIGUES, R. R. et al. Large-scale ecological restoration of high-diversity tropical forests in SE Brazil. Forest Ecology and Management, v. 261, p. 1605-1613, 2011.